

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR-LITORAL)
ESPECIALIZAÇÃO EM QUESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR**

CÉLIA REGINA THOALDO

A VULNERABILIDADE SOCIAL NO CONTEXTO DO SERVIÇO SOCIAL

MATINHOS

2016

CÉLIA REGINA THOALDO

A VULNERABILIDADE SOCIAL NO CONTEXTO DO SERVIÇO SOCIAL

Artigo apresentado ao Programa de Especialização em Questão Social na perspectiva interdisciplinar, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Questão Social na perspectiva interdisciplinar. Orientador: Professor Doutor Ernesto Jacob Keim.

MATINHOS

2016



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
UFPR Litoral
Curso de Especialização em Questão Social
pela Perspectiva Interdisciplinar



PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Orientador, Professor Doutor ERNESTO JACOB KEIM, realizaram em 11/06/2016 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante CÉLIA REGINA THOALDO, sob o título "*A Vulnerabilidade Social no Contexto do Serviço Social*", sendo quesito parcial para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo recebido conceito "APL".

Matinhos, 11 de junho de 2016.

Prof. Dr. Ernesto Jacob Keim

Profª. Dra. Nadia Terezinha Covolan

Profª. Dra. Helena Midori Kashiwagi

Célia Regina Thoaldo
Estudante

Conceitos de aprovação
APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação
AP5 = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



VULNERABILIDADE SOCIAL NO CONTEXTO DO SERVIÇO SOCIAL

Autora: Célia Regina Thoaldo¹

Orientador: Prof. Dr. Ernesto Jacob Keim²

Resumo:

O presente texto se caracteriza como trabalho de final de curso de especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, tendo por objetivo abordar a vulnerabilidade social, discorrendo sobre suas diversas faces e interfaces, suas causas e consequências nas diversas formas como esta se apresenta. A elaboração do artigo se deu como decorrência de pesquisa bibliográfica com ênfase no Relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) 2014 e a PNAS (Programa Nacional de Assistência Social) 2004, para estabelecer conexões de como a organização social atinge as condições de vida das pessoas e suas respectivas famílias e as consequências para a sociedade como um todo. As diferentes formas de prevenção são debatidas dando ênfase à atuação do serviço social neste contexto, dentro do Sistema Único de Assistência Social no Brasil, em especial nas unidades de atendimento, como os Centros de Referência de Assistência Social e Centros de Referência Especializada de Assistência Social.

Palavras chave: Vulnerabilidade social, Serviço Social e sociedade.

Abstract:

This text is characterized as the final work of course on Social Issues in Interdisciplinary Perspective, aiming to address social vulnerability, focusing on its different faces and interfaces, its causes and consequences in different ways as it is presented. The drafting of the article was given as a result of bibliographic research with emphasis on the UNDP report (United Nations Development Programme) 2014 and PNAS (National Program for Social Assistance) 2004 to establish connections as social organization reaches the conditions of life and their families and the consequences for society as a whole. The different forms of prevention are discussed emphasizing the role of social work in this context, within the Unified Social Assistance System in Brazil, especially in the PSCs as the Social Assistance Reference Centers and Reference Centers of Social Assistance Specialized.

Keywords: Social vulnerability, social work and society.

¹ Assistente Social graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná Setor Litoral, em 2012, tendo atuado como Assistente Social no CRAS de Morretes PR e no SESC de Paranaguá PR.

² Licenciado em Ciências e Matemática pela Universidade Católica de Petrópolis (1971), Bacharelado e Licenciatura em Biologia pela Universidade Santa Úrsula (1977), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1984), doutorado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (1997) e pós-doutorado em Filosofia da Educação na Unicamp (2011). Atualmente é pesquisador e professor com horário integral na Universidade Federal do Paraná, lotado no Centro de Estudos do Mar onde atuou como docente nas licenciaturas e desenvolveu pesquisa vinculada à fenomenologia como referencial teórico para a Educação da Libertação em perspectiva Anti Colonial e como abordagem metodológica de pesquisa.

SUMÁRIO

1 Introdução.....	06
2 A Vulnerabilidade Social Como Debate Global.....	08
3 O Serviço Social diante da vulnerabilidade social.....	13
4 Considerações finais.....	17
5 Referências.....	20

1.Introdução

O presente artigo tem por objetivo abordar a atuação do Serviço Social frente à complexidade que caracteriza a expressão vulnerabilidade social, na medida em que busca a compreensão do que é fundamental e essencial para a prevenção e superação dessa condição pelas pessoas que nelas estão classificadas. Esse artigo aponta um levantamento teórico do que foi produzido sobre esse tema no meio acadêmico brasileiro, no sentido de estimular práticas e posturas adequadas ao Serviço Social praticado em Unidades de Assistência Social, onde a vulnerabilidade social se apresenta.

Essa estimulação não se dará na forma de proposições objetivas, mas de instalação e aprimoramento de questões que desenvolvam postura crítica e reflexiva sobre a natureza das questões geradoras e que garantem a permanência do que se classificou como vulnerabilidades sociais. Superar a naturalização que envolve as causas e decorrências das situações de vulnerabilidade social, numa perspectiva interdisciplinar, pode ser uma das alternativas a serem alcançadas como resposta ao que se pretende junto aos leitores.

Assim, cabe destacar a abrangência desse tema, que foi tratado de forma singular na literatura por diferentes autores como Victor Hugo e seu clássico “Os Miseráveis” (1862), no qual relata as formas como os sistemas sociais ampliam as dimensões de exclusão e fortalecem a vulnerabilidade. De forma resumida o texto referido mostra como o personagem central, Jean Vangle, caracterizado como pessoa sem recursos até para obter o necessário alimento, tendo sido detido por ter roubado um pão, e em consequência, condenado a trabalhos forçados. Sua situação piora pelo fato de ter se evadido das galés, passando a viver perseguido e na clandestinidade. Nessas circunstâncias se encontra com Fantine, uma mãe solteira que perambulava em busca de sua filha Cosette, a qual deixou sob os cuidados de uma família, ao ficar encantada com a forma de tratamento que davam às suas filhas. Ela não sabia que se tratava de um casal de vigaristas que colocaram a pequena para trabalhar e lhes servir de todas as formas.

Até esse momento do romance, fica posta a condição de vulnerabilidade das pessoas que creem ter encontrado alguma alternativa para suas dores, sem possibilidade de perceber até que ponto essa alternativa era segura. Essa possibilidade cabe na atualidade diante da impossibilidade das pessoas vulneráveis socialmente, compreenderem o alcance das ações de

apoio oferecidas pela comunidade e pelos órgãos públicos. Essa desconfiança se sustenta na perspectiva de não estar claro se esses apoios promovem autonomia ou dependência.

A história continua com relatos de inúmeras situações em que a marca de ser um “condenado” o acompanha e gera perseguições que culminam com a morte do personagem principal. Apesar das inúmeras ações favoráveis à vida que conseguiu desempenhar em diferentes momentos e circunstâncias de sua trajetória de fugitivo e sujeito que deseja ser reconhecido pela sociedade, não conseguiu, por força do preconceito, que se constrói a partir de circunstâncias sociais que transcendem a dimensão de caráter e formação da pessoa envolvida.

Com essa ilustração temos que a vulnerabilidade social, segundo o Dicionário de Termos Técnicos do Serviço Social, apresenta-se como uma baixa capacidade material, simbólica e comportamental, de famílias e pessoas, para enfrentar e superar os desafios com os quais se defrontam, o que dificulta o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da Sociedade. Refere-se a uma diversidade de “situações de risco” determinadas por fatores de ordem física, pelo ciclo de vida, entre outras, que favorecem a exclusão ou que inabilita e invalida, de maneira imediata ou no futuro, os grupos afetados, na satisfação de seu bem-estar, tanto de subsistência quanto de qualidade de vida. A pobreza, por exemplo, é uma vulnerabilidade efetiva, mas a condição de vulnerabilidade, embora a inclua, não se esgota na pobreza.

São consideradas em condições de vulnerabilidade social pessoas e famílias nas seguintes condições:

- Redução da capacidade pessoal de autoestima e amor próprio;
- Desvalorização da cultura e modo de vida na perspectiva da territorialidade originária;
- Desigualdade manifesta pela forma como as pessoas são representadas pela economia e cultura vigente;
- Indefinição quanto à dignidade proposta pela sociedade aos diferentes grupos etários;
- Atenção inadequada para lidar com as diferentes formações que caracterizam deficiência física e mental;

- Desvalorização dos vínculos ancestrais e culturais que sustentam a identidade como ser inerente a um grupo.
- Diferentes formas de exploração que denigrem a condição humana das pessoas.
- A inacessibilidade às políticas e equipamentos públicos de natureza estatal;
- Discriminação por: cor, gênero, orientação sexual.
- Dentre outras.

Há muito tempo a pobreza tem sido destacada como a mais evidente forma de vulnerabilidade social, quando na realidade implica em muitos outros aspectos. Como descreve Alvarenga (2012), a palavra pobreza, não se fundamenta somente no critério redistribuição de renda, mas também e, principalmente, na ausência de capacidades, acompanhada da vulnerabilidade do indivíduo e de sua exposição ao risco.

2. A Vulnerabilidade Social como Debate Global

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sob o título: "Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência", comparando com suas outras publicações desde 1990, é possível observar que a maioria dos países tem apresentado um desenvolvimento humano significativo, porém há vidas perdidas e meios de subsistência comprometidos por crises e catástrofes naturais, algumas provocadas pelo próprio homem. Observa questões de vulnerabilidade social pelo prisma do desenvolvimento humano e enfatiza que reforçar a capacidade de resistir em situações de risco, é fundamental para comunidades e seus respectivos países.

Este relatório admite que mesmo que haja eficácia das políticas na redução de vulnerabilidades, crises continuarão existindo bem como suas respectivas consequências e reconhece também que a nível mundial, os riscos ultrapassam as fronteiras, necessitando de ação coletiva. Os dados recolhidos neste relatório servem de base para a perspectiva do desenvolvimento humano, exemplificando a erradicação da pobreza como objetivo central,

portanto aponta que se não houver desenvolvimento humano, há o risco de um retrocesso, diante de fatores estruturais de vulnerabilidade constante.

Esse relatório aponta a vulnerabilidade como processo sistêmico na medida em que reduz a capacidade dos indivíduos para gerir a própria vida e enfraquece as fundações da sociedade. Debruça-se sobre os grupos de pessoas que são estruturalmente mais vulneráveis. Lembra que a vulnerabilidade persistente está enraizada num passado histórico, exemplificando com a exclusão das mulheres nas sociedades patriarcais e os negros na África do Sul e nos Estados Unidos.

Relata que as vulnerabilidades não são uniformemente distribuídas ao longo do ciclo de vida, de forma que se apresentam com maior incidência até à primeira infância, quando é maior a possibilidade em adquirir doenças. Destaca também a ruptura social e alimentação inadequada, falta de cuidados com a saúde as carências no que se refere nível da aprendizagem. Outro aspecto que chama atenção no relatório se refere aos estímulos intelectuais precoces que podem proporcionar à criança facilidade no desenvolvimento de suas capacidades humanas, mas pode impedir o desenvolvimento de aspectos estruturais da personalidade de ser humano.

O Relatório procura promover uma melhor compreensão e conscientização da importância da redução da vulnerabilidade e aponta o reforço da resiliência como referencial para um desenvolvimento humano sustentável. Alega que a vulnerabilidade deve ser tratada mediante a alteração das políticas sociais para que o progresso seja justo e sustentável e para alcançar a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades, se faz necessário que as vulnerabilidades sejam resolvidas com eficácia e o progresso seja oportunizado a todos.

Enfatiza que há diferentes tipos de vulnerabilidade, dependendo do ciclo da existência, apontando crianças, adolescentes e idosos como mais vulneráveis. Indica os grupos mais vulneráveis como indígenas, imigrantes e mulheres como estruturalmente vulneráveis.

Segundo o relatório o mundo inteiro está propenso a catástrofes naturais, crises financeiras, conflitos armados, transformações sociais, econômicas e ambientais e que nenhum país no mundo está imune às alterações climáticas, enfatiza que o mundo inteiro também está sujeito a catástrofes sociais, na medida em que aponta que 15%, ou seja, 2,2 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza, enquanto aproximadamente 80% da

população global não possui proteção social, 12% (842 milhões) padecem com fome crônica e 1,5 milhões trabalham em emprego precário ou informal.

Ele sugere um empenho comum, na prestação universal de serviços sociais, no reforço da proteção social e na garantia do pleno emprego constituindo-se numa decisão político social de grande alcance que lançaria os alicerces para a criação de resistência em longo prazo, dos países e dos seus cidadãos enquanto indivíduos.

De acordo, ainda com o relatório em destaque, as políticas de combate à vulnerabilidade devem prevenir ameaças, promover capacidades e proteger os indivíduos, especialmente os mais vulneráveis para o fato de que uma proteção social universal que reduza a miséria e a marginalização ajuda no desenvolvimento da economia. Essa posição mostra que a miséria e a marginalização são uma responsabilidade de todos por todos, mas no contexto competitivo e de fronteiras muito guarnecidas com que o mundo se organiza na contemporaneidade é algo quase que inviável. Chambers (2006), citado neste relatório aponta que vulnerável não é só o pobre, carente ou necessitado, mas também o indefeso, inseguro e exposto a múltiplos riscos, choques e stress.

O acesso universal aos serviços sociais básicos pode constituir um poderoso fator de igualização das oportunidades e resultados. Uma educação pública universal de alta qualidade tem potencialidades, por exemplo, para estreitar laços entre crianças provenientes de famílias ricas e pobres, pontuando que as políticas universais promovem igualmente a solidariedade social, segundo o mesmo relatório.

Lembra que o acesso universal a um emprego digno é um elemento vital no processo de superação de uma sociedade, fortalece a aptidão das pessoas para lidar com choques e com a incerteza, coloca o trabalho como meio de subsistência, na medida em que fortalece e propicia o estabelecimento de conexões sociais, colabora com a estabilidade econômica e tem o poder, socialmente mais relevante, de proporcionar segurança às famílias e comunidades. Em contrapartida ele enfatiza que o desemprego contribui para o aumento de criminalidade, suicídio, violência, drogadição e outros problemas sociais passíveis de fomentar a insegurança pessoal. Contudo, poucos países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, assumem a realização do pleno emprego como um objetivo social ou econômico primordial.

Enfatiza o relatório que a expansão do emprego devia nortear as políticas públicas, sendo necessárias políticas do mercado de trabalho que auxiliem os trabalhadores

desocupados a recuperar o emprego, por exemplo, por meio de programas de emprego temporário ou de aquisição de competências que respondam às necessidades do mercado de trabalho, lembrando que o valor social do emprego está muito longe de se restringir ao salário. Porém, é preciso evidenciar que embora não tenha sido citado no relatório, o empreendedorismo pode se apresentar como uma das formas de prevenção a situações de vulnerabilidade social.

Segundo o relatório, os programas de proteção social podem ser utilizados igualmente na resposta de emergência e assistência em situações de crise, como catástrofes naturais e ressalta que a proteção social é possível em estágios iniciais de desenvolvimento e pode até trazer outros benefícios, como estimular a economia, compensando a instabilidade da produção mediante a redução das flutuações do rendimento disponível, portanto não se limitam a aumentar a habilidade em resistir em momentos difíceis, também incrementam economia no seu todo, reduzindo a vulnerabilidade social.

Observa a desigualdade social apontando que as 85 pessoas mais ricas do mundo acumulam a mesma riqueza que os 3,5 milhões mais pobres. Entre 1990 e 2010, a desigualdade de rendimentos nos países em desenvolvimento aumentou 11%. A desigualdade nas áreas da saúde e da educação tem vindo a diminuir, mas continua elevada, sobretudo em algumas regiões. A África subsaariana, registra a desigualdade mais elevada na área da saúde e a Ásia do Sul, registra a desigualdade mais elevada na área da educação. A desigualdade constitui uma ameaça considerável para o desenvolvimento humano, sobretudo porque reflete a desigualdade de oportunidades, prejudicando o crescimento, a redução da pobreza e a qualidade da participação social e política. A desigualdade elevada reduz também o sentido comum de objetivos e facilita a procura da elevação dos lucros pelos grupos mais influentes, evidencia o relatório.

Para o relatório do PNUD, as constantes mudanças dos preços e o abastecimento alimentar são preocupantes, impactando para as populações e países pobres, gerando a insegurança alimentar que está associada com a elevada instabilidade econômica, observa que a recessão retarda a redução da fome no mundo, que afeta 842 milhões de pessoas, segundo a estimativa de 2012 da Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas. O que reforça a inadequação dos esforços mundiais para a eliminação da fome e a subnutrição, elevando os riscos para a saúde.

Aponta para a insegurança econômica podendo estar mais elevada nos países em desenvolvimento, onde uma larga percentagem do emprego se encontra na economia informal, sem a cobertura de qualquer segurança social, mas cabe destacar que o desemprego também afeta as comunidades econômicas tidas como as dos países ricos nos quais em 2014, o desemprego previsto seria de mais de 11% na França, cerca de 12,5 por cento na Itália e perto de 28% na Grécia e na Espanha, com taxas elevadas entre os jovens: quase 60% na Espanha.

O relatório evidencia os riscos globais ligados ao meio ambiente, com catástrofes naturais, onde há probabilidade de alterações climáticas, acompanhadas de fenômenos climáticos intensos como furacões, tornados, secas em regiões áridas com aumento dos níveis da água do mar, inundações, escassez de água em importantes regiões, migrações ou extinção de espécies animais e vegetais. Alerta para ameaças ambientais decorrentes de uma industrialização intensa e de uma rápida urbanização e enfatiza que alterações climáticas juntam-se à variação dos rendimentos agrícolas e à insegurança dos meios de subsistência que dependem dos ecossistemas, apontando os problemas que surgem em todos os países como a crescente escassez de água, de má qualidade do saneamento, terras degradadas, erosão do solo, poluição atmosférica e de ameaças à biodiversidade.

Como discorre Alvarenga (2012), se faz necessário entender a funcionalidade da crise para o sistema, o posicionamento do Estado, assim como a condição de negociação da classe trabalhadora é essencial para a compreensão do momento posterior a ela. Existe uma relação entre o capital, o Estado e o trabalho que incide sobre a política social. Lembramos aqui que, sob as amarras do capitalismo, a política social se configura como um campo contraditório, atendendo ao mesmo tempo capital e trabalho. Evidencia ainda a mesma autora, que é preciso investir na superação de práticas assistencialistas e paternalistas, no sentido de propor práticas e analisar a totalidade da realidade, apontando numa perspectiva operativa, recuperando o potencial político do trabalho. Resgatando o compromisso assumido pela categoria profissional pela luta dos direitos da classe trabalhadora.

A vulnerabilidade é uma questão de governabilidade, pois os projetos e programas sociais devem ser organizados como processo de continuidade, visando a superação do que gera a vulnerabilidade. As políticas com descontinuidade geram frustração que culminam ou

com revoltas ou com processos depressivos. Vulnerabilidade se apresenta como ameaça ao processo que dá dignidade à vida pessoal e social.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com outras seis instituições, construiu um Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) para os municípios brasileiros, pois indicadores de pobreza e desigualdade tornaram-se instrumentos indispensáveis na definição das políticas públicas.

O diretor de Estudos e Políticas Regionais Urbanas e Ambientais do Ipea (Marco Aurélio Costa), apresenta os resultados do IVS (Índice de Vulnerabilidade Social), onde por meio dos indicadores observa-se que entre 2000 e 2010 o Brasil registrou uma regressão em 27% no índice de vulnerabilidade social. Para a renda e trabalho houve uma redução significativa, que decorre principalmente do avanço da população, redução da ocupação e da redução do trabalho infantil, já na infraestrutura urbana, o IVS (Índice de vulnerabilidade social), passou de médio para baixo. No capital humano, houve uma redução de 28%, recuando de alta para média vulnerabilidade social.

Costa, ainda enfatiza que a prosperidade social, reflete uma situação em que o desenvolvimento humano se assenta em bases sociais mais robustas, onde o capital familiar e escolar, as condições de inserção no mundo do trabalho e as condições de moradia e de acesso à infraestrutura urbana da população, são tais que há uma perspectiva de prosperidade não apenas econômica, mas das condições de vida no meio social. (IPEA, 2015).

3. O Serviço Social diante da vulnerabilidade social

No Brasil, o Serviço Social surgiu historicamente como auxílio e caridade aos mais necessitados, segundo Zimmermann (2004), numa visão assistencialista e clientelista, realizada por instituições filantrópicas ou religiosas. A assistência social se colocava de maneira emergencial, sem planejamento, caracterizada pelo voluntariado solidário. Com a Constituição Federal de 1988, no artigo 204, se caracteriza como política pública, viabilizando acesso a direitos fundamentais, respeitando a condição digna de cidadania. Ainda para o mesmo autor a intervenção do Serviço Social se apresenta como política pública de proteção a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice e promovendo e integração ao mercado de trabalho. Também atua no amparo a crianças e adolescentes em

situação de vulnerabilidade, integrando-se à vida comunitária, buscando emancipação social. Entendendo-se assim, a assistência social, como direito do cidadão e dever do Estado.

Numa sociedade em que a vulnerabilidade social se faz evidente em vários campos de atuação do Serviço Social, refletindo nas inúmeras expressões da questão social expressivamente injusta socialmente falando, a práxis do assistente social vem ao encontro de uma emergente necessidade de intervenção numa perspectiva interdisciplinar, evidenciando que uma profissão por si só, não seria capaz de dar conta de tantas desigualdades sociais e suas respectivas mazelas. É como se nos deparássemos com um efeito dominó, onde algumas causas nos levam a consequências devastadoras, onde os profissionais, diante de uma enorme demanda, aparecem na maioria das vezes, trabalhando os efeitos causados por uma sociedade competitiva e desigual em que o ser humano é sugado pelos apelos do consumismo, esquecendo até do seu bem estar interior.

Nesse contexto o "ter" se apresenta mais importante do que o "ser", causando inúmeras insatisfações, gerando mal estar, conflitos, violências, ansiedades, problemas de saúde entre outros. A família que se apresenta como instituição de maior apoio a novos cidadãos, enfrenta desequilíbrios em todos os sentidos, inclusive social, mas como culpabilizar esta família, se esta não tem o aparato necessário para uma estabilidade onde proporcionem aos seus tal equilíbrio, onde por vezes, falta alimentação, direito básico para sobrevivência e a manutenção da existência e da saúde, onde pais, mães ou responsáveis pelos menores, são obrigados a trabalhar em atividades por vezes, sub-humanas e ainda mal remuneradas. Esse complexo estado de carência se reflete na escola, que se apresenta como um dos primeiros ambientes de socialização das crianças, com a oportunidade de conviver com um novo conhecimento coletivo. Esse contato com uma nova realidade, hipoteticamente possibilita trocas de experiências, na qual cada um carrega sua própria história, da própria família, podendo apresentar uma versão tranquila, de um ambiente acolhedor, mas essa condição se mostra mais como sonho diante de uma realidade que se apresenta traumática, decorrente de dificuldades de convivência, timidez, rejeições, preconceitos, doenças, violência doméstica entre outras.

Como enfatiza a PNAS 2004, a segurança da vivência do convívio familiar é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social. Isto presume a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. É natural do ser humano o

comportamento de viver em grupo. É na relação com o outro que se cria sua identidade. A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, construções culturais e políticas.

O Serviço Social desponta prevenindo e enfrentando situações de vulnerabilidade em sua prática cotidiana, na defesa constante de direitos sociais essenciais, como alimentação, saúde, habitação, saneamento básico, inserção no mercado de trabalho, entre outros, levando em consideração a matricialidade sócio-familiar, em que a família é fundamental para a proteção social, independente dos moldes ou formatos em que se apresenta. Ela se faz mediadora entre sujeito e coletividade, sendo geradora de modalidades comunitárias de vida. Porém trata-se de um espaço contraditório, onde existem em sua convivência cotidiana, conflitos, muitas vezes marcados por desigualdades, conforme descreve a PNAS 2004.

É contraditório porque carrega uma perspectiva histórica, que coloca a família como organização social que se altera a todo tempo. Atualmente a matriz familiar de pai, mãe e filhos se esvai numa multiplicidade de arranjos nos quais os filhos são de diferentes pais e de diferentes mães, apesar de estarem sob a guarda de dois adultos, que podem inclusive ser do mesmo sexo. Diante desse quadro, a PNAS 2004 se manifesta destacando como alternativas, serviços e proposições de natureza administrativa e política.

Conforme a Política Nacional de Assistência Social, os serviços de proteção social básica são oferecidos nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), se apresentando como unidade pública do Estado, com sede territorial, procurando viabilizar atendimento a indivíduos e famílias em suas respectivas comunidades, localizadas em áreas de vulnerabilidade social, sendo responsável pelo PAIF (Programa de Atenção Integral à Família). Para cada base é disponibilizada uma equipe, preparada a prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, articulando com a rede de proteção social local no se refere aos direitos a cidadania, promovendo a inserção das famílias nos serviços de assistência social local, bem como encaminhamentos para demais políticas públicas e sociais, possibilitando o envolvimento com ações inter setoriais, visando a sustentabilidade, de forma a evitar a exclusão social, evitando que indivíduos e famílias tenham seus direitos violados, e desta forma que recaiam em situações de vulnerabilidade social. Lembrando que o serviço de proteção básica, oferecido pelo CRAS, tem por objetivo fortalecer vínculos familiares, através do protagonismo, visando a convivência, acolhimento e socialização em famílias, cujos vínculos familiares não foram rompidos.

Como discorre Monteiro (2011), o trabalho do assistente social no CRAS, tem por objetivo identificar novas demandas, bem como as respostas técnicas e políticas no que envolve a proteção social, bem como buscar resoluções para dilemas e desafios, tendo como horizonte a reafirmação do projeto ético- político em defesa da assistência social como política pública de direito.

Já os serviços de proteção social especial, conforme PNAS 2004, são ofertados nos Centros de Referência Especial de Assistência Social (CREAS), são voltados para situações de vulnerabilidade social, onde há violação de direitos, em que os indivíduos e famílias se encontram em risco pessoal ou social, em situação de rua, abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, trabalho infantil entre outras, necessitando de acompanhamento individual exigindo soluções protetivas, com interface com o sistema de garantia de direito, necessitando de uma intervenção compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e demais órgãos do Executivo, priorizando e reestruturando serviços de abrigo de indivíduos como crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência, moradores de rua, que tiveram seus direitos ameaçados ou violados, não contando mais com a proteção de suas respectivas famílias ou a convivência familiar seja considerada prejudicial para o seu desenvolvimento.

Para Mirela Souza Alvarenga em sua Dissertação de Mestrado sob o título: “Risco e Vulnerabilidade Social: Razões e Implicações para o Uso na Política Nacional de Assistência Social”, a política social é um conjunto de medidas adotadas pelo Estado capitalista diante das expressões da questão social, como forma de mediar o conflito de classes. Portanto, é um campo de contradições, que tende a legitimar a ordem posta e também estende direitos sociais. A relação entre o capital, Estado e trabalho incide sobre a política social, sob as amarras do capitalismo, a política social se apresenta como um campo contraditório, atendendo ao mesmo tempo capital e trabalho.

Monteiro (2011) evidencia que o trabalho do assistente social, embora tenha no discurso o compromisso com a efetivação de direitos, ainda atribui aos sujeitos a responsabilidade por seus problemas. Logo se percebe uma forte tendência ao neoconservadorismo, pautado em ações disciplinadoras, normalizadoras, fiscalizadoras, moralizantes, que se efetivam, numa lógica de julgamento, culpabilização dos usuários.

Percebe-se ainda uma visão reducionista das famílias, analisadas a partir do próprio grupo, deslocada do movimento mais amplo da sociedade, traduzida nas intervenções individualizantes e focalizadas do atendimento. A autora enfatiza ainda, que a perspectiva ética resume-se ao caráter normativo da ação e não problematiza a dimensão política do trabalho do assistente social no contexto das políticas públicas, na perspectiva de efetivação de direitos. Fazendo assim uma ressalva, nos levando a questionar sobre o direcionamento da práxis do Serviço Social.

4. Considerações finais:

Através deste estudo foi possível verificar que a vulnerabilidade social pode ser um estado permanente ou temporário, dependendo da gravidade da situação apresentada e de como é enfrentada, podendo ser alterada com muito empenho e estratégias desenvolvidas através ações direcionadas, de políticas públicas eficientes, incluindo programas e projetos sociais com o envolvimento de profissionais especializados, numa perspectiva interdisciplinar, incentivando o desenvolvimento humano em todas as suas interfaces, observando que não há progresso sustentável sem justiça social.

A pesquisa evidenciou que vulnerabilidade social está associada a outras características, muito além das socioeconômicas, pois está interligada aos demais aspectos constituintes da sociedade, como perfis familiares, agravos de saúde, gravidez precoce, violência doméstica, uso de substâncias psicoativas entre outros, não se resume a pobreza. Fica então evidente que a vulnerabilidade não significa apenas em estar carente ou necessitado, mas sim indefeso inseguro e exposto a múltiplos riscos, observando que o trabalho de assistentes sociais esbarra cotidianamente em vulneráveis sociais que carecem de atenção especial dos profissionais envolvidos, se faz necessário evidenciar que isso se agrava com as dificuldades de acesso às políticas públicas. Não existe fórmula mágica para prevenir, combater ou superar a vulnerabilidade social, trata-se de um esforço coletivo constante, onde profissionais envolvidos se deparam com limites que se apresentam diariamente, como a burocracia, a falta de estrutura nos ambientes de trabalho e principalmente pela realidade colocada pelo sistema, entre outros.

Diante da necessidade de enfrentar as situações de vulnerabilidade social o assistente social se confronta com o desafio de escolher os meios mais adequados para atender a esta demanda, fazendo uso dos instrumentais técnico - operativos da profissão como acolhida, escuta, entrevistas, técnicas de observação, palestras, trabalho em grupo, visitas domiciliares, orientações, encaminhamentos, trabalho sócio educativo, acompanhamento social, entre outros, no empenho constante para atender a demanda que lhe é colocada.

Em sua publicação: Capacidades Estatais para Políticas Públicas em Países Emergentes (Des) Vantagens Comparativas do Brasil, Alexandre de Ávila Gomide compara o Brasil com outros países emergentes, enfatizando que há desafios comuns entre estes países, com relação à elaboração de projetos visando o desenvolvimento. Ao seu entender, o reequilíbrio de forças na ordem econômica mundial e do papel desempenhado pelo Estado em diferentes paradigmas de desenvolvimento faz-se necessária para a melhor construção de cenários bem como para a prospecção de oportunidades de inserção internacional. Segundo o mesmo autor, o MDS (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome), está consolidado como o órgão responsável pelas políticas voltadas para a população mais vulnerável e pela articulação da transferência de renda com outras políticas de desenvolvimento social, como as de educação, saúde e inclusão produtiva.

Tais políticas públicas, mesmo que ainda insuficientes, se apresentam como formas para enfrentamento destas vulnerabilidades, por meio de programas sociais como o Bolsa Família, Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, entre outros, os quais podem ser utilizados como formas para apaziguar estas situações, podendo ser aliados na mudança deste contexto, incentivando atitudes e atividades que façam a diferença na vida dos personagens reais, como nos apresentam no cotidiano, desde que contando com a participação efetiva dos mesmos.

Enfim, é de responsabilidade do Estado, da família e de todos nós enquanto sociedade, fazer a diferença, ficarmos só assistindo os acontecimentos, como meros espectadores, não nos tornam melhores ou piores diante dos fatos, apenas omissos e coniventes com certas situações, em que a vulnerabilidade social, se apresenta.

Neste contexto, o Serviço Social se coloca como uma atividade profissional envolvida em políticas públicas, em conexão com outras profissões, na tentativa de prevenção e superação de vulnerabilidades sociais, empoderando as pessoas e suas respectivas famílias na perspectiva de defesa de seus direitos sociais, lembrando que a vulnerabilidade social está

arraijada num sistema onde as desigualdades sociais se fazem evidente. Portanto, está além da boa vontade do profissional, resolver todas as demandas apresentadas, diante do emaranhado de expressões da questão social, que o sistema coloca diariamente em sua prática profissional.

Para ilustrar o tema abordado, segue um poema de minha autoria:

Sobrevivência

Encontrei-me por acaso, numa rua qualquer da cidade,
não me lembro ao certo, qual era minha idade.
Pessoas transitavam de um lado para outro,
formando pela sobrevivência,
um imenso mutirão, olhavam sem se ver,
conversavam sem se conhecer,
cumprimentavam sem sentir.
E eu, que fazia parte dessa multidão,
ouvi um grito calado no ar:
Era uma criança clamando, buscando carinho,
um seguro caminho, alguém que lhe oferecesse
aconchego, esperança.
Era um jovem buscando neste mundo seu lugar,
onde pudesse amar, idealizar e seus sonhos concretizar.
Era um pai, na busca incessante do alimento para seus filhos.
Era uma mãe com lágrimas dispersas no rosto,
contendo o desgosto por não poder doar o que não tinha,
àqueles a quem concebeu e abençoou.
Eram todos seres humanos solitários,
não lhes sobravam tempo para compartilhar do mesmo ideal,
das mesmas decepções, das mesmas lágrimas, da mesma dor.
Todos escravos do capitalismo, onde máquinas e o “progresso” se exaltava,
onde mãos invisíveis tentavam em vão se tocar,

onde o barulho ensurdecador de um motor,
 sufocava os gemidos de dor,
 o choro de alguém com o estomago vazio,
 o corpo tremendo de frio...
 Assim, foi o mundo que encontrei,
 por ele chorei,
 em silêncio, amei,
 para transformá-lo, lutei.

Célia Regina Thoaldo

5. Referências:

ALVARENGA, Mirela Souza. **RISCO E VULNERABILIDADE: RAZÕES E IMPLICAÇÕES PARA O USO NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/** Disponível online: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_5790_Mirella%20Souza%20Alvarenga.pdf/ Acesso em 20/03/2016.

BELO HORIZONTE. PREFEITURA MUNICIPAL. SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Dicionário dos Termos Técnicos da Assistência Social. Belo Horizonte, 2007. Disponível online:

http://www.cedecacasarenascer.org/uploads_arquivos/livros/1705175954000000dicionario_d_e_termos_tecnicos_da_assistencia_social_2007.pdf Acesso em 10/03/2016.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. **CAPACIDADES ESTATAIS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS EM PAÍSES EMERGENTES: (DES) VANTAGENS COMPARATIVAS DO BRASIL.** Disponível online:

http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/Capacidades_Cap_1.pdf/ Acesso em 24/03/2016.

HUGO, Víctor. **OS MISERÁVEIS.** São Paulo: FTD, 1862.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/ **PANORAMA – VULNERABILIDADE SOCIAL.** 31/08/2015/ Disponível on line: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26105:panorama-ipea-vulnerabilidade-social&catid=24:dirur&directory=1/ Acesso em 12/03/2016.

MONTEIRO, Rocha Pires Simone. **SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS.** Disponível on line: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSEES_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/O_SERVICO_SOCIAL_NO_CENTRO_DE_REFERENCIA_DE_ASSISTENCIA_SOCIAL_CRAS.pdf / acesso em 23/03/2016.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome /**POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - PNAS 2004/** Brasília, novembro de 2005.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento / **RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2014/ Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência/** Disponível online: <http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>/<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=4233>. Acesso em 18/03/2016.

ZIMMERMANN, Roque. **ASSISTÊNCIA SOCIAL NÃO É CARIDADE, CLIENTELISMO OU ASSISTENCIALISMO: Sensibilidade social, competência, criatividade e desprendimento.** In Os 58 Projetos que deram certo. AMP – Edição Especial Premio Homero Oguido, novembro/ 2004.